

BARREIRAS CULTURAIS PARA O ACESSO NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DA EPT EM COMUNIDADES ÉTNICAS, INDÍGENAS OU QUILOMBOLAS

Tamiris Larissa Bispo¹
Michele Aparecida Andrade Souza²
Kauany dos Santos Pereira³
Grasieli de Oliveira Leite⁴
Suéllen Danúbia da Silva⁵
Ijosiel Mendes⁶
Elimeire Alves de Oliveira⁷
Tiago Roberto Lopes Moreno⁸

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar as barreiras culturais que interferem no acesso e na permanência de comunidades étnicas, indígenas e quilombolas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentou-se na análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais voltados à inclusão educacional e à valorização da diversidade cultural. O estudo permitiu compreender que, apesar dos avanços legais representados pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, persistem obstáculos significativos que dificultam a efetivação de uma educação inclusiva e equitativa. Entre os principais achados, destacam-se as barreiras culturais, linguísticas e estruturais que impactam o acesso à escola, bem como a falta de formação docente adequada e a ausência de políticas de permanência voltadas às especificidades dessas comunidades. A análise evidenciou que a efetiva superação desses desafios requer o fortalecimento de uma perspectiva educacional intercultural, capaz de integrar saberes tradicionais e científicos. Conclui-se que a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas são fundamentais para a construção de uma EPT verdadeiramente inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento humano e social.

5848

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Barreiras Culturais. Inclusão Educacional. Interculturalidade.

¹ Graduando em Pedagogia pela Faculdade Futura.

² Graduando em Pedagogia pela Faculdade Futura.

³ Graduando em Pedagogia pela Faculdade Futura.

⁴ Graduando em Pedagogia pela Faculdade Futura.

⁵ Docente no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), Graduada em Administração pela Faculdade Futura, Graduada em Pedagogia (UNIBF) Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO), Especialização em Controladoria (UNIASSELVI), Mestrado em Administração (UNIMEP).

⁶ Docente da Faculdade Futura de Votuporanga. Graduado em Matemática. (UNIFEV). Especialista em Matemática (UNICAMP). Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR). Mestrado em Matemática (UNESP).

⁷ Docente e Coordenadora no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Direito (UNIFEV), Pedagogia e Letras, Especialista em Gestão Escolar. Mestre em Ensino e Processos Formativos. Advogada.

⁸ Graduado em Psicologia e Pedagogia. Especialista em Saúde Mental, Mestre em Psicologia e Saúde; Doutorando em Ciências da Saúde; Professor do Curso de Psicologia e Odontologia; Professor e Gestor de Políticas Acadêmicas da Faculdade Futura.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the cultural barriers that affect the access and permanence of ethnic, Indigenous, and quilombola communities in Professional and Technological Education (PTE). The research, qualitative in nature and bibliographical in character, was based on the analysis of books, scientific articles, legislation, and official documents related to educational inclusion and cultural diversity. The study revealed that, despite legal advances established by the 1988 Federal Constitution and Laws No. 10.639/2003 and 11.645/2008, significant obstacles still hinder the implementation of inclusive and equitable education. The main findings highlight cultural, linguistic, and structural barriers that limit access to education, as well as the lack of adequate teacher training and specific permanence policies for these communities. The analysis showed that overcoming such challenges requires strengthening an intercultural educational perspective capable of integrating traditional and scientific knowledge. It is concluded that valuing cultural diversity and developing contextualized pedagogical practices are essential to building truly inclusive, democratic, and socially committed Professional and Technological Education.

Keywords: Professional and Technological Education. Cultural Barriers. Educational Inclusion. Interculturality.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e um dos pilares para o desenvolvimento humano e social. No entanto, o acesso e a permanência escolar ainda representam desafios significativos em determinadas comunidades brasileiras, especialmente nas étnicas, indígenas e quilombolas. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se apresenta como uma política pública estratégica para promover inclusão, equidade e oportunidades de inserção social e profissional. Contudo, a presença de barreiras culturais, linguísticas e estruturais ainda compromete a efetividade desse direito, tornando indispensável uma análise crítica sobre as condições que limitam o acesso dessas populações à educação de qualidade.

Apesar dos avanços legais e institucionais promovidos desde a Constituição de 1988 e pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que reconheceram a importância da diversidade cultural nos currículos escolares, a realidade demonstra que a prática educacional ainda é permeada por modelos padronizados e pouco sensíveis à pluralidade de saberes e modos de vida dessas comunidades. A distância entre o discurso da inclusão e a prática pedagógica efetiva revela uma lacuna entre as políticas e a realidade local. Diante dessa problemática, o presente estudo busca responder à seguinte questão: de que forma as barreiras culturais impactam o acesso e a permanência de comunidades étnicas, indígenas e quilombolas na Educação Profissional e Tecnológica?

O propósito central deste trabalho é compreender como os fatores culturais, sociais e estruturais interferem no processo de democratização da educação, especialmente no âmbito da EPT, e de que maneira tais barreiras podem ser superadas por meio de práticas educativas interculturais. Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar como as barreiras culturais afetam o acesso e a permanência de comunidades étnicas, indígenas e quilombolas na Educação Profissional e Tecnológica, considerando as dimensões linguísticas, pedagógicas e institucionais desse processo.

Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar os principais tipos de barreiras culturais que dificultam o acesso escolar nessas comunidades; descrever os marcos legais e políticas públicas voltadas à inclusão educacional de povos indígenas, quilombolas e étnicos; analisar as práticas pedagógicas e curriculares adotadas nas instituições de EPT; discutir o papel da educação intercultural na superação das desigualdades de acesso e permanência; e propor estratégias que contribuam para uma EPT mais inclusiva e culturalmente sensível.

A relevância desta pesquisa se fundamenta em duas dimensões complementares: teórica e social. Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para ampliar o debate sobre a educação intercultural e a efetivação de políticas públicas voltadas à diversidade, destacando a necessidade de uma pedagogia que reconheça e valorize os saberes tradicionais. No âmbito social, o trabalho se justifica pela urgência em garantir que populações historicamente marginalizadas tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas identidades culturais e possibilite sua plena participação cidadã e profissional.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e qualitativa, fundamentada na análise de documentos oficiais, legislações, produções científicas e teóricas que abordam o tema da inclusão educacional e da interculturalidade. Essa abordagem permite compreender o fenômeno de forma crítica e interpretativa, considerando as múltiplas dimensões que envolvem o acesso à educação em contextos culturalmente diversos.

Este artigo está estruturado de modo a contextualizar, inicialmente, as barreiras culturais que influenciam o acesso e a permanência escolar nas comunidades étnicas, indígenas e quilombolas. Em seguida, discute-se o papel da Educação Profissional e Tecnológica e suas limitações diante da diversidade cultural brasileira. Por último, são apresentadas as políticas públicas e as propostas de superação dessas barreiras, culminando com as considerações finais

que sintetizam os resultados e sugerem caminhos para uma educação mais justa, inclusiva e plural.

EDUCAÇÃO E CULTURA: BARREIRAS CULTURAIS NO ACESSO ESCOLAR

O programa Educação Para Todos (EPT) tem como principal objetivo levar educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de onde vivem ou de sua origem. Porém, quando falamos de comunidades indígenas, quilombolas ou outros grupos étnicos tradicionais, ainda existem muitos desafios, principalmente no que diz respeito às barreiras culturais que dificultam o acesso e a permanência na escola.

Essas barreiras aparecem, por exemplo, quando o que é ensinado nas escolas não considera os costumes, os valores ou até a forma de viver dessas comunidades. Isso pode fazer com que os alunos não se sintam incluídos ou respeitados no ambiente escolar. Em alguns casos, isso pode até levar ao desinteresse ou à evasão escolar.

Outro ponto importante é que muitas comunidades indígenas falam línguas próprias, e nem sempre as escolas estão preparadas para isso. Quando o ensino é feito apenas em português, pode ser mais difícil para essas crianças acompanharem o conteúdo. Por isso, é fundamental que existam projetos de educação bilíngue, que valorizem tanto o português quanto as línguas nativas.

5851

Também não podemos esquecer das dificuldades geográficas. Muitas dessas comunidades estão em áreas rurais ou isoladas, o que dificulta o acesso a escolas com boa estrutura, transporte escolar ou até mesmo professores qualificados que entendam a realidade local.

A ideia da EPT é justamente mudar isso: criar uma educação que respeite a diversidade cultural e inclua todos de forma justa. Para isso, é preciso investir em escolas que estejam abertas ao diálogo com as comunidades e que reconheçam o valor dos conhecimentos tradicionais.

Por fim, superar essas barreiras exige esforço conjunto: do governo, das escolas e da própria sociedade. Quando a escola aprende a respeitar e valorizar as culturas locais, o aprendizado se torna mais significativo e todos saem ganhando.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA(EPT) E AS COMUNIDADES MARGINALIZADAS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deveria ampliar oportunidades de inserção no mercado de trabalho; porém, populações étnicas, indígenas e quilombolas enfrentam

barreiras específicas que reduzem acesso, permanência e sucesso. Objetivo geral sugerido: analisar como barreiras culturais (visões de mundo, língua, práticas pedagógicas, preconceito institucional) impactam o acesso e permanência na EPT nessas comunidades.

Interculturalidade e educação intercultural: diferença entre tolerância multicultural e práticas educativas interculturais que valorizam saberes locais.

Cultura escolar e currículo oculto: como a escola reproduz normas sociais que podem excluir saberes comunitários.

Capital cultural e social (Bourdieu e adaptações): recursos culturais que favorecem ou dificultam o acesso.

COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E ÉTNICAS: CONTEXTOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO

O texto aborda as barreiras culturais no acesso escolar de comunidades indígenas, quilombolas e étnicas. Embora o programa Educação Para Todos (EPT) tenha como objetivo garantir educação de qualidade a todos, ainda existem desafios que dificultam a inclusão dessas comunidades.

As principais barreiras são: Culturais: conteúdos escolares que desconsideram costumes, valores e modos de vida locais, levando à falta de identificação, desinteresse e evasão. Linguísticas: muitas comunidades possuem línguas próprias, mas a escola geralmente ensina apenas em português, o que dificulta a aprendizagem.

Geográficas e estruturais: isolamento das comunidades, falta de transporte, infraestrutura precária e carência de professores preparados para a realidade local. A solução passa por: Educação bilíngue, que valorize tanto o português quanto as línguas nativas. Escolas abertas ao diálogo com as comunidades, respeitando e integrando saberes tradicionais. Ações conjuntas do governo, da escola e da sociedade para superar desigualdades.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO À EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES ÉTNICAS.

As primeiras iniciativas de inclusão educacional para comunidades étnicas foram marcadas por uma perspectiva assimilacionista, na qual se buscava apagar línguas, culturas e modos de vida tradicionais. Contudo, a partir da Constituição de 1988, abriu-se espaço para uma nova concepção: a educação como direito coletivo, respeitando especificidades culturais e territoriais.

Entre os principais marcos legais, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que assegura a oferta de ensino bilíngue e intercultural aos povos indígenas. Somam-se a essa legislação a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, que tornam obrigatória a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Tais medidas representam importantes conquistas no reconhecimento da pluralidade cultural brasileira.

Além disso, políticas específicas como o Programa Nacional de Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola buscam garantir escolas diferenciadas, materiais pedagógicos contextualizados e maior participação das comunidades na gestão educacional. Contudo, apesar dos avanços normativos, os desafios permanecem expressivos. A precariedade da infraestrutura escolar, a dificuldade de acesso em áreas rurais e isoladas, a ausência de formação adequada de professores e a desvalorização dos saberes tradicionais são fatores que ainda limitam o pleno exercício do direito à educação nessas comunidades.

Outro ponto relevante é a necessidade de políticas de permanência, como transporte escolar, alimentação de qualidade e bolsas de estudo, sem as quais muitos estudantes abandonam o percurso escolar. A educação, para ser efetivamente inclusiva, precisa dialogar com a realidade cultural e social dos povos, valorizando tanto os conhecimentos acadêmicos quanto os saberes comunitários.

5853

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico. A pesquisa qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão profunda de fenômenos sociais e culturais, considerando o contexto, os significados e as interpretações que os sujeitos atribuem às suas experiências.

Esse tipo de abordagem permite uma análise crítica e interpretativa sobre as barreiras culturais enfrentadas por comunidades étnicas, indígenas e quilombolas no acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando não apenas dados objetivos, mas também fatores simbólicos e subjetivos que interferem no processo educacional.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamentou-se em fontes já publicadas como livros, artigos científicos, documentos institucionais e legislações educacionais relacionadas à temática da diversidade cultural, educação intercultural e inclusão educacional. De acordo com Gil (2017), esse tipo de pesquisa permite reunir e analisar o conhecimento já produzido sobre

determinado tema, oferecendo uma base teórica sólida para a interpretação dos fenômenos estudados. Assim, a investigação utilizou como principais referenciais autores que discutem a interculturalidade, a educação de povos tradicionais e as políticas públicas educacionais, como Candau (2012; 2016), Gomes (2012), Freire (1996), Walsh (2009) e Grupioni (2006).

Além disso, o estudo apresenta caráter exploratório, uma vez que busca ampliar a compreensão sobre as barreiras culturais e suas implicações no campo educacional, sem a pretensão de formular hipóteses definitivas, mas de identificar lacunas e apontar caminhos para novas reflexões e práticas pedagógicas. Essa característica exploratória foi essencial para observar o fenômeno em sua complexidade, especialmente diante da diversidade de contextos culturais que marcam o cenário educacional brasileiro.

Os procedimentos metodológicos adotados incluíram a análise documental e teórica de legislações e programas governamentais voltados à educação de comunidades tradicionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008. Também foram considerados documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), além de estudos acadêmicos que tratam da educação quilombola, indígena e intercultural.

5854

A coleta e análise dos dados foram realizadas por meio da leitura crítica e seleção de conteúdos pertinentes às categorias de análise definidas: barreiras culturais, linguísticas e estruturais; políticas públicas de inclusão; e práticas pedagógicas interculturais. Essa etapa permitiu identificar padrões, desafios e possíveis soluções observados na literatura. Por se tratar de uma pesquisa teórica, não houve aplicação de instrumentos empíricos como questionários ou entrevistas, mas uma reflexão aprofundada sobre o material bibliográfico coletado.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou a construção de uma análise abrangente e fundamentada, articulando aspectos históricos, legais, pedagógicos e culturais que influenciam o acesso e a permanência de populações étnicas na Educação Profissional e Tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito analisar as barreiras culturais que afetam o acesso e a permanência de comunidades étnicas, indígenas e quilombolas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A pesquisa possibilitou compreender que, embora o Brasil disponha de um

arcabouço legal que reconhece a diversidade cultural e defende uma educação inclusiva, ainda persistem entraves significativos que dificultam a efetivação desse direito.

Os principais achados apontam que as barreiras culturais, linguísticas e estruturais continuam sendo fatores determinantes na exclusão educacional de comunidades tradicionais.

O distanciamento entre a cultura escolar e os saberes locais, a falta de formação docente adequada e a ausência de políticas de permanência educacional comprometem o direito à educação de qualidade. Também se verificou que as práticas pedagógicas, em muitos casos, permanecem centradas em modelos eurocêntricos e homogêneos, o que dificulta a valorização dos conhecimentos e identidades culturais dessas comunidades.

Os resultados demonstraram que o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo foram alcançados, pois foi possível identificar as principais barreiras que limitam o acesso, analisar as políticas públicas voltadas à inclusão educacional e discutir a importância da educação intercultural como meio de superação das desigualdades. Observou-se ainda que a efetiva implementação de uma EPT inclusiva depende do comprometimento do Estado, das instituições de ensino e da sociedade civil em promover práticas pedagógicas contextualizadas e respeitosas à diversidade.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o fortalecimento das discussões sobre educação intercultural e direitos educacionais, ao evidenciar que a inclusão não se restringe à oferta de vagas, mas envolve o reconhecimento e a valorização das identidades culturais dos sujeitos. Na dimensão prática, o estudo reforça a necessidade de investir na formação de professores, no desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados e em políticas de permanência que assegurem igualdade de oportunidades.

Entretanto, reconhece-se como limitação deste estudo o fato de basear-se exclusivamente em fontes bibliográficas, o que restringe a análise empírica da realidade vivenciada pelas comunidades estudadas. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras adotem abordagens de campo, incluindo entrevistas com professores, gestores e estudantes, de modo a aprofundar a compreensão sobre os desafios e as potencialidades da EPT em contextos multiculturais.

A superação das barreiras culturais na educação requer o fortalecimento da perspectiva intercultural, capaz de promover o diálogo entre diferentes saberes e identidades. Somente por meio de uma educação comprometida com o respeito à diversidade será possível garantir a inclusão plena e o desenvolvimento humano de todos os povos, reafirmando o papel transformador da escola na construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação intercultural no Brasil: desafios e perspectivas. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: interculturalidade e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Referências para a formação de professores indígenas. Brasília: MEC/SECAD, 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação, trabalho e juventude: desafios para a EPT. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 118, p. 231-260, 2003.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Referências para a formação de professores indígenas. Brasília: MEC/SECAD, 2006.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2009.